

EU PRECISO QUE A JUSTIÇA SEJA FRUTO DO DESEJO DE TODOS

TODA PESSOA TEM DIREITO A RECURSO EFETIVO PARA AS JURISDIÇÕES NACIONAIS COMPETENTES CONTRA OS ATOS QUE VIOLEM OS DIREITOS FUNDAMENTAIS RECONHECIDOS PELA CONSTITUIÇÃO OU PELA LEI. OS ARTIGOS **8º, 9º E 10 DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS DETERMINAM, AINDA, QUE NINGUÉM PODE SER ARBITRARIAMENTE PRESO, DETIDO OU EXILADO.**

AS TRISTES MEMÓRIAS DA FAPELA NAVAL

A família de Mário José Josino não conseguiu se restabelecer. Ainda abalada com a morte do conferente de cargas — assassinado durante uma blitz da Polícia Militar na Favela Naval de Diadema, na Região Metropolitana de São Paulo — ela luta para receber a indenização do governo do estado. Josino foi morto com um tiro disparado pelo ex-soldado Otávio Lourenço Gambera, o Rambo, na madrugada de 7 de março de 1997. O incidente tornou-se público 22 dias depois, com a divulgação das imagens mostrando cenas de violência e abuso cometidas por um grupo de PMs.

O direito de ir e vir, à liberdade, o direito à própria vida de Josino foram desrespeitados e seus parentes têm todo direito à indenização. Passados 21 meses da tragédia, entretanto, o caso continua na Justiça. Mas a família do conferente ao

Marcos Fernandes/SP



menos pode comemorar a condenação de Rambo. É pouco para quem perdeu uma pessoa amada de forma tão insensata. "A sociedade e o governo são culpados pelo assassinato dele", desabafa a irmã, Efigênia Evangelista Josino. "Se os policiais agiram daquela maneira, foram orientados para trabalhar assim."

Efigênia ainda vive numa casa simples em Jordanópolis, o mesmo bairro de São

Bernardo do Campo onde Josino morava. "Toda vez que nos reunimos parece que está faltando alguma coisa. Não conseguimos comemorar nada. É como se aniversário, Natal e Ano Novo não existissem mais para nós."

Mário José Josino era casado com Josélia de Souza Josino e tinha um filho, Clayton, hoje com 10 anos. Os dois deixaram São Bernardo do Campo.